



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

KAROLLYN MONTEIRO ALVES

O PENSAMENTO POLÍTICO NA OBRA *O PRÍNCIPE* DE MAQUIAVEL

SEROPÉDICA – RJ

2022

KAROLLYN MONTEIRO ALVES

O PENSAMENTO POLÍTICO NA OBRA *O PRÍNCIPE* DE MAQUIAVEL

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de graduada em Filosofia na modalidade de Licenciatura em Filosofia, sob a orientação do Professor Dr. Walter Valdevino Oliveira Silva.

SEROPÉDICA – RJ

2022

KAROLLYN MONTEIRO ALVES

O PENSAMENTO POLÍTICO NA OBRA *O PRÍNCIPE* DE MAQUIAVEL

Monografia submetida ao Departamento de Filosofia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de graduada em Filosofia na modalidade de Licenciatura em Filosofia.

Prof. Dr. Walter Valdevino Oliveira Silva - UFRRJ (orientador)

Prof. Dr. Danilo Bilate - UFRRJ

Prof. Dr. Luiz Philipe de Caux - UFRRJ

SEROPÉDICA, RJ

2022

Dedico este estudo ao meu marido Raphael Ornella, com quem decidi compartilhar a minha vida, a Helena, minha filha, que é luz da minha vida, aos meus pais pelo apoio incondicional, sem eles nada disso seria possível e a Kamilla, minha irmã, pela ajuda e suporte nas horas que pensei em desistir.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me fazer entender que sem fé não conseguiria atravessar sete anos dentro desta instituição.

Aos meus pais, Francisco e Neuzimar, por terem dedicado tanto esforço para que eu pudesse ter uma educação de qualidade, todo meu carinho e respeito.

Ao meu marido, Raphael Ornella, por ser um companheiro incrível, por ser suporte em todos os momentos deste trabalho, obrigada por tanto. A Helena Maria, que é fruto do nosso casamento, que me fez descobrir o que é amar de verdade.

Aos meus familiares, em especial minha avó Maria das Graças (em memória), em cuja força me espelho para não me deixar abater diante dos desafios que me cercam. A Helenilde Alves, minha madrinha, pelas diversas vezes que me acolheu em sua casa quando precisei de cuidados maternos, A Lucimar Monteiro, também minha madrinha, cuja paciência e dedicação nunca poderão ser retribuídos à altura com tamanha ajuda quando mais precisei conciliar maternidade e universidade. A Kamilla Alves, minha irmã, sem você muitas coisas hoje seriam diferentes, seu amor é o mais forte, obrigada pelo suporte ao longo desses anos. A Victória Alves, minha prima, por tanto carinho, conselho e ajuda, foram tantos momentos incríveis que vivi sendo sua vizinha que me marcaram para sempre, obrigada por todos esses momentos.

A família do meu esposo, Sônia, Caetano, Camila e Rayanne pela amizade e carinho a mim devotados. Obrigada por tanto.

Aos meus amigos da turma de 2015.1 por tantos momentos maravilhosos que dividimos neste campus, e em especial, a Pedro Almeida, Lucas Oliveira, Jefferson Vidal, Mateus Brito, Ariadne Costa, Helmar Nunes, Mejer Jacques, Nicole Coelho, Natan Vieira e Rodrigo Brito.

Ao meu amigo Vitor Dantas pela troca incrível de experiências, um amigo incrível que guardo com grande carinho e admiração.

Aos meus “bixos”, da turma de 2017.1, obrigada por terem dividido comigo muitas alegrias, bagunças, dúvidas e momentos que levo junto a mim, jamais vou esquecer.

A todos os professores que passaram pela minha vida, a eles todo carinho e respeito por se dedicarem com esforço pela licenciatura, e em especial, os professores

Alessandro Duarte, Danilo Bilate, Renato Valois e em particular ao meu orientador e amigo Walter Valdevino, sua paciência foi ímpar, agradeço por me fazer entender que esse processo final não precisava ser tão doloroso, minha gratidão pelos momentos que te perturbei com mensagens em aplicativos e e-mails com dúvidas idiotas, obrigada por ter respondido e correspondido a tudo com bom humor.

E, por fim, mas não menos importante, agradeço aos meus pés, por me apoiarem, aos meus braços, por estarem sempre ao meu lado e aos meus dedos, pois sempre posso contar com eles.

Aproveitem, portanto, o bem e o mal que Vossas Senhorias mesmo procuraram. E se chegarem a aceitar com benevolência os meus comentários, esforçar-me-ei por continuar esta história, cumprindo assim a promessa que fiz ao começar a escrevê-la.

Carta de Nicolau a Zenóbio Buondelmonti e Cosmo Rucellai

Resumo

Esta breve análise pretende apresentar os principais pensamentos políticos da obra *O príncipe*, de Nicolau Maquiavel, como ela ousou se desprender do sentido moral religioso tradicional para dar uma faceta ao que o Maquiavel entende como a virtude necessária para governar.

Palavras-chave: Nicolau Maquiavel; *O príncipe*; *Virtù*; *Fortuna*; Moral; Força.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	01
2. Da moral maquiaveliana.....	02
2.1. Da moral.....	02
2.2. <i>Virtù</i>	07
2.3. <i>Fortuna</i>	12
3. Sobre o uso da força.....	15
3.1. Uso da força na política.....	15
3.2. A herança da política maquiaveliana.....	18
4. Considerações finais.....	20
5. Referências bibliográficas.....	22

1. Introdução

A obra de Nicolau Maquiavel (1469-1527), *O príncipe*, nos convida a uma meditação sobre alguns temas importantes como, por exemplo, a moral ou o juízo de valores políticos, esquivando-se da compreensão religiosa dominante na época sobre o assunto. Amplamente discutido por diversos filósofos, teóricos e comentadores, a moral é uma temática complexa porque é variável e inconstante.

Ao longo desta pesquisa, procuramos apresentar quais caminhos Maquiavel seguiu em sua obra *O príncipe* para repensar a forma política de acordo com a qual os príncipes deveriam agir. À luz do Renascimento, podemos encontrar uma forma mais humana de pensar a política e como proceder, pensando do homem para o homem, sem que se precisasse recorrer as coisas divinas para a explicação de tudo, apenas o homem considerando o que ele é.

Observando o cenário e o contexto em que *O príncipe* fora escrito, podemos notar um desprendimento com a ideia de uma política subalterna à religião como era regida durante a Idade Média. Colocada como centro dos cenários políticos, Maquiavel quer apresentar o quão forçoso era alinhar os desejos dos príncipes aos interesses da moral tradicional. Além de ilusório, só demonstrava a capacidade de não aceitação da própria natureza humana tal como ela é. As ideias políticas de Maquiavel estavam em desacordo com as ideias da Igreja, mas a fama que lhe atribuíram com o adjetivo pejorativo maquiavélico não lhe fez jus. Sua intenção estava em apresentar soluções tangíveis para os príncipes, principalmente os novos.

Através da história, traçando um apanhado de modelos de príncipes, reis e duques, foi possível Maquiavel observar seus erros e acertos ao garantir a única coisa que deve importar ao príncipe: conquistar e manter-se no poder.

2. Da moral maquiaveliana

2.1. Da moral

Considerado por muitos estudiosos o pai da política moderna, Nicolau Maquiavel parte de suas observações e escreve *O príncipe* mais como um observador do que propriamente dito como um filósofo. Seu objetivo é compartilhar o saber em uma obra, que, apresentando as experiências quotidianas dos principados e a partir delas, tira algumas conclusões. É, de longe, sua obra mais famosa. Nela, o filósofo florentino se comprometeu a dissertar sobre meios estratégicos, pautados na realidade e através de exemplos. Para explicar suas colocações, ele narra sobre os erros e acertos para manter um governante no poder de um Estado, apresentando ações políticas necessárias para a manutenção do mesmo. São os príncipes que ensinam a Maquiavel o que ele sabe, e não o contrário.

O presente estudo nos apresenta alguns pontos importantes e característicos do teórico, filósofo e diplomata, que viveu em uma Itália Renascentista e promoveu um estudo aprofundado sobre a política. É preciso reconhecer a beleza realista de sua obra. Sem idealizações e fugindo de toda filosofia idealista sobre a sociedade e os homens, Maquiavel realiza um estudo do homem enquanto ele realmente é, sem máscaras da moralidade e admitindo o homem principalmente como repletos de desejos e ambições. Contrariando todo idealismo, toda ideologia moral cristã, Maquiavel discorre sobre os tipos de governos e os tipos de governantes. É preciso força por parte do governante para o Estado atingir seus objetivos, mesmo que essas ações nem sempre sejam aprovadas moralmente. A conhecida frase “os fins justificam os meios”, embora não tenha sido dita por Maquiavel, é sobre não depender da moral para justificar as ações ou acreditar que exista um propósito divino para explicar os acontecimentos.

Nicolau Maquiavel escreve *O príncipe* à luz do Renascimento e como um homem que cresceu nesse meio, em um cenário político em que a Itália não era unificada, mas formada por várias cidades-Estados. Politicamente, a Itália não existia, pois havia uma grande lacuna de um poder forte e capaz uni-la. A região viveu grandes mudanças de governos, e o Renascimento foi um período significativo tanto para a obra de Maquiavel quanto para entender o homem que passa a ser o centro do cenário político

dentro desse movimento. Maquiavel rompe com toda a noção de uma política feita a partir de moldes éticos-religiosos e se contrapõe ao ideal da filosofia clássica que até então idealizara um modelo de homem justo e virtuoso. Como contraexemplo, pensemos na *República*, diálogo socrático que Platão escreve afirmando que podemos encontrar na figura do filósofo o modelo de governante.

O Renascimento, em se tratando de assuntos políticos, foi também a descontinuidade com o pensamento medieval e com a ideia de uma política subalterna à religião, como havia sido exposta na obra de Santo Agostinho, *A cidade de Deus*, exemplo de que era comum pensar de modo que houvesse uma submissão da política aos valores cristãos. Tratava-se de uma teoria na qual há definições sobre bem e mal, sobre uma dualidade do mundo dos homens e o céu, sempre nos fazendo entender que há um mundo de valor e outro de desvalor. Para a ocasião e os costumes da época, a obra de Maquiavel é considerada uma imoralidade. Porém, movido pela paixão de estar inserido no meio político e falar de política, ele escreveu uma carta para seu amigo Francisco Vettori contando sobre o “livrinho” que escrevera, no fundo desejoso de que os Médici pudessem lhe empregar, nem que, para isso, tivesse que carregar pedras. O desejo pessoal de Maquiavel era o de se promover novamente na carreira pública, e sentiu a necessidade de falar sobre os modos de governos, a princípio dedicando sua obra a Juliano de Médici. Só após a morte deste que dedicou à Lourenço de Médici, em 1516, então governante de Florença. Maquiavel acreditava que podia fazer de Florença uma nova Roma, pois todo contexto político romano é modelo de inspiração para observações política do seu tempo.

O príncipe não é um estudo ordenado sobre uma possível ciência, mas uma exposição de experiências históricas contadas por Maquiavel, a partir do seu olhar crítico, sobre a condição da natureza do homem. À luz dessa historicidade, avalia os erros e acertos dos governantes, porque não é só preciso aprender com os exemplos, mas também em não errar:

Apontar exemplos de grandes personagens; porque palmilhando os homens, quase sempre, as estradas batidas pelos outros, procedendo nas suas ações por imitações, não sendo possível seguir fielmente as trilhas alheias nem alcançar a virtude do que se imita, deve um homem prudente seguir sempre pelas sendas percorridas pelos que se tornaram grandes e imitar aqueles que foram excelentes, isto para que, não sendo possível chegar à virtude destes, pelo menos daí venha a auferir algum proveito. (Maquiavel, 2000, p. 33)

Os conselhos não são para serem seguidos como deveres, mas como uma

espécie de apanhado de “conhecimento das ações dos grandes homens apreendido através de uma longa experiência das coisas modernas e uma contínua ligação das antigas” (Pompeu, Júlio, 2011, p. 13). Seu conhecimento nasce dos fatos, suas conclusões são experiências que puderam ou não comprovar muitos erros e acertos no campo político. Como filósofo da realidade, o homem é o seu principal objeto de estudo ao longo dos vinte e seis capítulos de *O príncipe*. Dos problemas, o maior deles talvez seja relacionado aos costumes ou à moral cristã que ditava as regras na Itália. Em muitos trechos, é possível identificar questões sobre o desejo. O desejo é algo característico do ser humano e está nele. Ele é a causa primeira do homem, impulsionando-o à ambição. Infelizmente, fazê-lo é dar voz aos seus instintos mais primitivos, embora não sejam considerados racionais pela moral tradicional. Maquiavel admite esse homem que deseja, mas também quer advertir para a prudência em relação ao desejo, que normalmente não é alcançada facilmente pelos homens. Esse foi um dos erros cometidos por Luís XII:

É coisa muito natural e comum o desejo de conquistar e, sempre, quando os homens podem fazê-lo, serão louvados ou, pelo menos, não serão censurados; mas quando não têm possibilidade e quem fazê-lo de qualquer maneira, aqui está o erro e, conseqüentemente, a censura. Se a França, pois, podia assaltar Nápoles com suas forças, devia fazê-lo; se não podia, não devia dividir esse reino. (Maquiavel, 2000, p. 17)

Um dos aspectos interessantes dessa passagem é a observação do nosso autor por entender que é comum e natural o desejo do homem. O homem não precisa ser censurado, e esse modo de repressão dos desejos diz respeito mais à moralidade cristã. Seguindo essa lógica, para o homem ser virtuoso era preciso seguir o que a Igreja ensina através das Sagradas Escrituras: “Se alguém quiser me seguir, negue-se a si mesmo, pegue sua cruz e me siga” (Lucas 9, 23). Esse “negar a si mesmo” diz respeito aos seus desejos. Mas os desejos para Maquiavel são importantes, são sinônimos de ambição. Quanto a este último, devemos entender, principalmente, como o combustível que faz o homem querer lutar pelas suas conquistas.

Se, de um lado, a moral tradicional nega e aconselha esconder os desejos, ao passo que induz à supervalorização de uma racionalização inalcançável, de outro, Maquiavel, com seu realismo, admite-os e apresenta-os como um modo de uso, condicionando a prudência para a ponderação desses desejos. Mais uma vez, o homem pelo o que ele é, não pelo o que ele pode vir a ser.

Para seu tempo, em certos momentos de crises políticas, esses cenários de disputas trouxeram tanto desespero que era comum os homens que agiam por si mesmos, nos seus impulsos (desejos), fossem desconsiderados por falta de honestidade ou interesse público com a política. Por si só, essa prática era mal vista por ser incompatível com a política, uma vez que ela deveria ser feita para pensar na gestão do povo. Apropriando-me do termo que Lauro Escorel usa, trata-se de um “angelismo” político (Escorel, 2014, p. 34), que seria a crença na possibilidade da ausência de mal na política, completamente alheia aos interesses próprios, idealizando uma purificação dos homens na política com uma consciência moral que os tornaria capazes de governar. Considerar este fato torna ineficaz o exercício de uma atividade ético-política capaz de pensar a realidade das coisas tal como elas são. A oposição de Maquiavel reside justamente na ideia que fazem do homem com racional e perfeito. Para ele, o homem age de acordo com os seus desejos porque os desejos nos movem a alcançar as ambições. São elas que levam à busca pela manutenção de continuar no poder.

A medida certa dos desejos é a razão. O desejo é a causa primeira que explica e justifica as ações humanas, mas só agir por conta dos desejos, sem autocontrole, leva à ruína de principados, cidades e príncipes porque o mal não está no desejo, mas na falta de *virtù* para realizá-los. Maquiavel nos apresenta como somos, e isso não é o problema. O problema é a não ponderação das ações com as intenções que se pretende ter para alcançar determinadas finalidades. Ele não busca agregar juízos de valores. Não se trata de uma dualidade entre bom e mau, como é feita na ética tradicional cristã.

Maquiavel quer nos mostrar que, ao invés se prenderem a questões impossíveis de serem alcançadas, ele precisa apresentar a verdade efetiva das coisas. Muitos consideram *O príncipe* como o começo da Idade Moderna porque ele apresenta uma visão política independente da moral religiosa. Maquiavel passa a falar dos Estados e governantes tal como eles são e quer falar da realidade e não da imaginação, diferente de Santo Agostinho, por exemplo, que falou de uma Cidade perfeita. Muitas foram as discussões sobre cidades, poder e política dentro da filosofia desde a Grécia antiga, mas poucas se ocuparam, de fato, em analisarem a realidade:

Mas, sendo minha intenção escrever algo de útil para quem por tal se interesse, pareceu-me mais conveniente ir em busca da verdade extraída dos fatos e não à imaginação dos mesmos, pois muitos conceberam repúblicas e principados jamais vistos ou conhecidos como tendo realmente existido. (Maquiavel, 2000, p. 89)

Esse modelo ideal diz mais respeito ao pensamento medieval baseado na moralidade predominantemente cristã e também sobre como tais princípios deveriam reger a formação do príncipe. Esse conjunto de normas virtuosas era evocado pela Igreja. Maquiavel não criou uma obra contra essas ações morais tradicionais. Ele apenas tirou um véu da hipocrisia e colocou holofotes sobre a história dos príncipes, dando voz às ações políticas e verificando que suas ações não precisariam sempre corresponder ao sentido de bom que a Igreja queria atribuir a eles. Noções do que é ser bom, justo, bondoso e caridoso estão presentes em todo texto das Sagradas Escrituras, mas Maquiavel alerta que quando necessário é “muito mais seguro ser temido que amado” (Maquiavel, 2000, p. 96). A política não busca um príncipe perfeito fisicamente, forte, muito bem instruído em filosofia, que seja um exemplo de ética tradicional. Maquiavel quer mostrar, muito pelo contrário, que o príncipe capaz de atingir seu objetivo – a conquista e a manutenção do poder – não precisa seguir um modelo de moral tradicional. Os príncipes piedosos que trilharam por tais caminhos tiveram uma tendência muito mais voltada para o fracasso do que para vitórias:

Em verdade, há tanta diferença de como se vive e como se deveria viver, que aquele que abandone o que faz por aquilo que se deveria fazer, aprenderá antes o caminho de sua ruína do que o de sua preservação, eis que um homem que queira em todas as suas palavras fazer profissão de bondade, perder-se-á em meio a tantos que não são bons. Donde é necessário, a um príncipe que queira se manter, aprender a poder não ser bom e usar ou não da bondade, segundo a necessidade. (Maquiavel, 2000, p. 90)

Nesse trecho, é fácil notar o que Maquiavel quer dizer quando afirma que há uma grande diferença entre o que se faz para o que poderia ser feito: não é sobre o que esperam que você faça, mas aquilo que precisa ser feito para a manutenção do poder. Em sua obra, podemos notar que não existe uma ruptura radical com a ética tradicional. Ele não escreveu contra ela, mas ousou dizer que a intenção seja a criação de um novo modo de entender o que é e o que pode ser considerado bom dentro da ética e da política. É necessário a medida certa para ser bom e, essa medida certa é considerada como uma virtude.

O príncipe deve, então, manter a aparência e a cautela com o modo de agir mesmo com seus vícios, sobretudo sem medo caso ocorra alguma má fama porque, sem essas ações, haverá dificuldades para a salvação do Estado. Mesmo que seja necessário agir de modo contrário à bondade, o príncipe deve saber simular e se assemelhar à virtude. O

príncipe que “[f]azer uso de profissão de bondade” (Maquiavel, 2000, p. 90) acabará por provocar sua ruína.

O objetivo central de *O príncipe* é a exortação que o secretário florentino teve ao escrevê-lo para incitar a capacidade de conquistar a constância do príncipe no governo. Em especial, seu último capítulo é direcionado à família Medici. Maquiavel desejava conhecer o espírito italiano que fosse tirar a Itália da conjuntura em que ela se encontrava. Como patriota que era, sonhava em ver a Itália reunida e forte e depositava nas mãos de Lorenzo de Medici a esperança de encontrar essa Itália dos seus sonhos. Seu objetivo, portanto, era explicar ao príncipe que, se beberem dos seus conselhos, irão conseguir alcançar esse objetivo. Foi dentro dessa inspiração que Maquiavel se sentiu impulsionado a escrever sobre os tipos de governos.

Considerando este objetivo, Maquiavel expõe para o príncipe como ele deve entender a importância do surgimento das formas políticas. Maquiavel adverte que o príncipe não deve ser bondoso o bastante para que possa ser considerado bobo e se perca no meio de outros não tão bondosos assim, uma vez que é impossível conceber um príncipe apenas com características qualitativas. Ao contrário, para que se logre êxito dentro do campo político, deve o governante entender esta engrenagem. A moral não deve estar submetida às noções cristãs, não sendo necessário negá-la. O príncipe pode aparentar ter noções cristãs, mas deve ser ágil quando for preciso ignorá-las.

2.2. *Virtù*

É verdade que, em tradução livre, *virtù* é virtude, mas, para Maquiavel, é importante ressaltar que ela não corresponde à virtude que conhecemos tradicionalmente, aquela que é especulada desde antiguidade, daquelas que o senso comum hoje responderia que ser virtuoso é a pessoa capaz de ser boa, justa, honesta, ajudar o próximo etc. É válido ressaltar que, em suas meditações, Maquiavel censura a falta de virtude também porque, em certa medida, podendo o príncipe fazer uso dela, deve ele fazê-lo. E quais seriam as virtudes para *O Príncipe*?

Nos primeiros capítulos do livro, podemos notar que a força e a guerra “...que, em verdade, não existe modo seguro para conservar tais conquistas, senão a destruição” (Maquiavel, 2000, p. 34), são atributos mencionados. Essas duas grandes características, quando aliadas, são grandes forjadoras do que o nosso autor vai nos relatar sobre o que é *virtù* ao longo de *O príncipe*. Elas andam de mãos dadas quando o assunto é a preservação

dos Estados conquistados. Quem com mais virtude soube conduzir os principados que foram conquistados com boa sorte e virtude obteve mais meios seguros de garantir a manutenção do poder.

O que Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu têm em comum é que fundaram reinos com o equilíbrio da ocasião (boa sorte). Contudo, sem a virtude essa oportunidade teria surgido em vão. Cada qual com seu momento descrito pelo nosso autor tornaram sua ocasião em uma oportunidade para construção das suas pátrias. Um segundo ponto importante para Maquiavel é explicar sobre o uso da força como virtude. A força é uma arma para conquista. Sem isso, não teria como Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu vencerem qualquer cosia. O contraexemplo está no Frei Girolamo Savonarola, que falhou quando não mais fora creditado e depois não teve forças para se manter. É uma situação diferente de Hierão de Sicarusa, que se esforçou para conquistar, mas não para manter o poder porque soube fazer bom uso da ocasião. Sendo um homem virtuoso, mesmo na vida privada, soube fazer novas amizades, teve sua própria força (exercício) e falaram dele como quem nada lhe faltava para reinar afora o reino.

Outros dois grandes exemplos por ele citados, no capítulo VII, são os de Francisco Sforza e César Bórgia. O primeiro se tornara Duque de Milão por virtude e, com poucos esforços, manteve o Estado. Em contrapartida, César Bórgia recebeu por *fortuna* o Estado do pai, o Papa Alexandre VI. Mesmo tendo feito tudo o que deveria ser feito por um homem prudente, ainda assim perdeu o poder por extrema má sorte:

Porque, como se disse acima, quem não lança os alicerces primeiro, com uma grande virtude poderá estabelece-los depois, ainda que se façam com aborrecimentos para o construtor e perigo para o edifício. Se, pois, se considerarem todos os progressos do duque, ver-se-á ter ele estabelecidos grandes alicerces para o futuro poderio, os quais não julgo supérfluo descrever, pois não saberia que melhores preceitos do que exemplo de suas ações poderia indicar a um príncipe novo; e se as suas disposições não lhe aproveitaram, não foi por culpa sua, mas sim em resultado de uma extraordinária má sorte. (Maquiavel, 2000, p. 40)

César Bórgia foi chamado pelo povo de duque Valentino. Filho do papa Alexandre VI, ganhou o Estado com a *fortuna* do pai e o perdeu não por ter feito aquilo que deveria para se manter no poder. Um exemplo que Maquiavel não omite é caso do mordomo de César Bórgia. Um homem cruel, Ramiro Orco foi posto na Romanha a fim de unir e pacificar o estado. César Bórgia, sabendo do seu rigorismo que deu lugar ao ódio, fez-se instalar um juízo civil a fim de demonstrar que as atitudes infelizes do

ministro nada tinham a ver com ele. Quando Orco havia cumprido com êxito aquilo que fora mandado fazer, foi morto a mando de Bórgia, em praça pública, para conquistar a confiança do povo e o fez porque fora preciso para cumprir o que acreditava ser feito para manter o Estado sob seu controle. Sob o mesmo aspecto que trata o capítulo XIX, prevendo que poderia se tornar odioso para o povo, Bórgia cuidou para que a odiosidade recaísse sobre Orco e não sobre ele. Seu sucesso não fora promissor não por culpa sua, mas por extrema má sorte. Assim adverte Maquiavel:

Daí pode-se extrair outra conclusão digna de nota: os príncipes devem atribuir a outrem as coisas odiosas, reservando para si aquelas de graça. Novamente concluo que um príncipe de estimar os grandes, mas não se fazer odiado pelo povo. (Maquiavel, 2000, p. 108)

Ao observar reis, príncipes e duques, Maquiavel traça uma linha histórica de bons exemplos e de maus exemplos. Ao longo do livro, podemos notar diversas citações do secretário florentino a César Bórgia. Neste trecho, examinamos o exemplo de sua grande admiração por César Bórgia: “[e]stava lançada, no espírito de Maquiavel, a semente da grande admiração” (Escorel, 2014, p. 92):

Havia no duque tanta bravura indômita e tanta virtude, conhecia tão bem como se conquistam ou se perdem os homens e talmente sólidos eram os alicerces que assim em tão pouco tempo havia lançado, que, se não tivesse tido aqueles exércitos sobre si, ou se estivesse são, teria vencido qualquer dificuldade. (Maquiavel, 2000, p. 44)

Se não fosse pela *fortuna*, ou seja, pela má sorte de não estar sadio, Bórgia poderia ter conquistado a unificação de todo o Estado. Bórgia disse a Maquiavel que previra todos os acontecimentos, até a morte do pai, e contra todos esses acontecimentos encontrara “remédios”, mas não previu ele mesmo estar à beira da morte.

César Bórgia possuía muitas virtudes e quase sempre teve a *fortuna* a seu favor. Ele tinha grandes habilidades nas artes da guerra e sabedoria no uso das suas virtudes para alcançar o fim principal, a manutenção do seu poder:

Relatadas, assim, todas as ações do duque, eu não saberia repreendê-lo; antes penso que, como o fiz, deva ser proposto à imitação de todos aqueles que por fortuna e com as armas dos outros subiram ao poder. Porque, tendo grande ânimo e alta intenção, ele não podia portar-se de outra forma; aos seus desígnios, somente se opuseram a brevidade da vida de Alexandre e a sua enfermidade. Quem, pois, julgar necessário, no seu principado novo, assegurar-se contra os

inimigos, adquirir amigos, vencer ou pela força ou pela fraude, fazer-se amar e temer pelo povo, seguir e reverenciar pelos soldados, eliminar aqueles que podem ou têm razões para ofender, ordenar por novos modos as instituições antigas, ser severo e grato, magnânimo e liberal, extinguir a milícia infiel, criar uma nova, manter a amizade dos reis e dos príncipes, de modo que beneficiem de boa vontade ou ofendam com temor, não poderá encontrar exemplos mais recentes que as ações do duque. (Maquiavel, 2000, p. 45)

Assim ele conclui o capítulo VII. Errara, então, o duque achando que teria ele cogitado escolher o Papa Júlio II ao invés de Ruão porque causara grandes inimizades e impactos na Itália. Errara nas eleições e causara nele mesmo a própria ruína. A virtude, para Maquiavel, não é capaz de ser aprendida como aprendemos matemática, por exemplo, mas ela é capaz de ser moldada até que a saibamos reconhecer uma vez que ela já estaria dentro de nós, mas sem jamais esquecer a própria natureza. Compreendendo isso, a *virtù* é essencial ao homem, contudo entendamos que ela não é algo que supera o homem. Pelo contrário, ela reconhece como ele realmente é.

Essa virtude, para nosso autor, é primordial. Foi Bórgia que, em anos de disputas bélicas, tomou posse de terras que eram disputadas havia anos, se tornou popular pelos seus feitos bem sucedidos e, assim, se tornara modelo de príncipe que chamou atenção de Maquiavel. Em outro momento, no capítulo XIII, Maquiavel torna a chamar a atenção para ele no que diz respeito às tropas. Bórgia faz o que precisa ser feito, mesmo sendo considerado um homem escrupuloso. A política, para ele, sempre prevalece em relação à moral tradicional.

Maquiavel tece comentários que dizem respeito tanto à política quanto às coisas da realidade. Bórgia seria seu melhor exemplo e também sua melhor observação, porque mesmo ele, por quem detinha grande admiração como modelo de governante, não teve boa sorte em algumas de suas investidas. Como ele mesmo dissera a Maquiavel, não imaginaria sua própria enfermidade.

Notemos um dos modelos considerados por Maquiavel como um homem de *virtù* é um homem de péssima fama, um homem cuja moral é duvidosa. Não é curioso, uma vez que o livro vem tratar de homens que se desprendem da ideia tradicional de moral que demanda que o governante precisa ser virtuoso para ser bom. Maquiavel não aconselha que seja proibido ter tais comportamentos, mas, para o governante, é preciso ter equilíbrio entre parece ser ou realmente ser. Entendendo isso diante das circunstâncias, o príncipe melhor avaliará o modo certo de agir, compreendendo o desejo final que se pretende alcançar com determinado vigor. Antes, ele deve pensar na ineficácia das ações impensadas pelos seus impulsos. Antes, o príncipe deve ponderar

com a razão, o desejo a ser alcançado e a cobiça por manter tal poder. É por esses meios que César Bórgia, mesmo taxado pelo povo da Itália de cruel, conseguiu, com destreza, fazer bom uso da *virtù*.

Essa virtude, para Maquiavel, vem de um homem bom de guerra, astuto, destemido, como César Bórgia. Ele só não conseguiu escapar à *fortuna* da morte. A este último termo concentro as explicações no próximo tema desta pesquisa. A este último conceito Maquiavel atribuiu a ideia da deusa da *Fortuna*, que está ligada à eventualidade, ao acaso, à sorte, ao sucesso, ao caos e não à ideia cristã de Deus. Este último conceito Maquiavel o definiria como sendo um grande regulador do homem. O homem não é totalmente possuidor do seu próprio destino. A *fortuna*, quando bem cativa, o deixará ser conduzido nas boas ações e se submeterá às suas vontades.

2.3. *Fortuna*

O capítulo XXV trata de forma mais direta e detalhada a *fortuna*. Em outros momentos do livro quando Maquiavel cita a *fortuna* com a intenção simples de falar sobre a “boa sorte”, não quis se referir à deusa da *fortuna*, mas é sobre ela que ele quer dar ênfase nesta parte do livro.

Diante do contexto, devemos, pois, esclarecer o que é a *fortuna* segundo a visão de Maquiavel. Outro ponto principal da obra *O príncipe* foi o período do Renascimento que ressignificara a política, não mais colocando Deus como grande auxiliador nas questões governamentais da política, mas o homem que se tornaria protagonista. Como podemos brevemente perceber, a *fortuna* é uma grande adversidade da *virtù*. À *fortuna* também são atribuídas diferentes interpretações como sucesso, sorte ou destino, e é neste último que pretende Maquiavel investir do maior significado.

Tornou-se muito comum, naquela ocasião, descreve nosso autor, acreditar que as coisas acontecem porque deveriam acontecer de acordo com uma ordem divina das coisas ou seguindo um credo de que tais coisas sejam governadas por Deus ou pela *fortuna* (a boa sorte). Isso tornaria os homens, em essencial os príncipes, submissos à *fortuna*. A *fortuna* regeria as coisas, de modo que, não seria possível lutar para modificar alguma coisa contra o destino. A isso atribuímos ao fato de que aceitavam mais a verdade da conjunta política ético-cristã do que propriamente as circunstâncias humanas.

Considerado herege pela igreja, em sua obra Maquiavel jamais negou a existência de Deus, ou a ideia de piedade, bondade ou misericórdia, ou qualquer conceito moral tradicional. No capítulo XXV, Maquiavel apresenta o conceito do cristianismo dizendo, “[c]ontudo, para que o nosso livre arbítrio não seja extinto, julgo poder ser verdade que a sorte seja o árbitro da metade das nossas ações, mas que ainda nos deixe governar a outra metade, ou quase” (Maquiavel, 2000, p. 140). Prova maior deste livre arbítrio é quando ele fala dos príncipes que chegaram ao poder através de crimes. Maquiavel cita como exemplo Agátocles, que se tornou rei de Siracusa. Ele conquistara o poder pela *fortuna*, e Maquiavel ainda completa “não se pode, ainda, chamar virtude o matar os seus concidadãos, trair os amigos, ser sem fé, sem piedade, sem religião; tais modos podem fazer conquistar poder, mas não a glória”. (Maquiavel, 2000, p. 50).

A *fortuna* molda a *virtù* ou prepara o príncipe para que este saiba usar a *virtù* diante da *fortuna*. Maquiavel nos apresenta um exemplo sobre como é a *fortuna*.

Comparando-a com um rio, ele apresenta a relação da *fortuna* como uma força natural, podendo se apresentar como danosa ou não:

Comparo-a a um desses rios torrenciais que, quando se encolerizam, alagam as planícies, destroem as árvores e os edifícios, carregam terra de um lugar para o outro; todos fogem diante dele, tudo cede ao seu ímpeto, sem poder opor-se em qualquer parte. (Maquiavel, 2000, p. 140)

Segundo Maquiavel, a *fortuna* se volta potente para o príncipe que tem virtude quando não há “anteparos”, ou seja, quando não há prudência. Não é a prudência que trata Aristóteles em suas obras, cujo fim era a felicidade. Tampouco é a prudência daquela considerada as quatro virtudes cardinais na Idade Média. A prudência de Maquiavel está mais para uma espécie de conciliadora entre desejo do homem e sua natureza humana. A prudência, para Maquiavel, é a capacidade do homem de se tornar capaz e se concentrar com força, com *virtù*, sendo prudente e ponderando as decisões diante das adversidades que lhe trazem a *fortuna*.

Virtude e *fortuna* andam juntas porque muito dificilmente existirá êxito quando o príncipe agir apenas pela *virtù* ou quando apenas a este lhe acontecer alguma *fortuna*. Ao citar o exemplo do rio que transborda, qual é a ideia de prevenção que deva ser forjada? Ela é uma força que não sabemos conceber, não sendo ela nem boa e nem má, apenas uma força natural. Uma vez que decorrida a ação, como no exemplo do transbordar do rio, a solução apresentada por Maquiavel seria a construção de diques e barragens. Apenas prevendo que isso poderia acontecer de novo e reconhecendo os infortúnios do futuro é possível decidir por aquilo que trará menores prejuízos.

É possível ver o grande desejo de Maquiavel por uma Itália unificada. Não obstante, ele escrevera *O príncipe* para a casa dos Médici a fim de que estes conseguissem fazer da Itália o que até então ninguém conseguira.

Maquiavel também alerta que o príncipe que espera resultados baseado apenas na *fortuna*, sem se preocupar em mudar sua natureza ou suas qualidades, se encontrará em ruínas. Agindo assim, ele se permitirá ficar em corda bamba, sendo essa corda a sorte. Apoiando-se nela, tornar-se-á refém da mesma. Para ele, isso só é possível ocorrer porque o que move o homem são os seus desejos. Os desejos sempre têm um fim, um objetivo, ou seja, “glórias e riquezas” e cada qual, por diversos meios, alcançam esse determinado fim.

Esse contexto, para Maquiavel, varia ainda em relação à noção de bem. O príncipe, sendo bem aconselhado com prudência e paciência, e as circunstâncias não

variando, será bem-sucedido. Caso contrário, com as circunstâncias mudando e sendo incapaz de acompanhar essas mudanças, ele se arruinará. Em outro momento, no capítulo XXI, ele dera exemplo sobre a prudência neste contexto de nunca contrair aliança com alguém mais forte. Disto, ele conclui, definindo a prudência:

Nem julgue algum Estado poder adotar sempre partidos seguros, devendo antes pensar ser obrigado a tomar, frequentemente, partidos duvidosos; vê-se na ordem das coisas que nunca se procura fugir a um inconveniente sem incorrer em outro e a prudência consiste em saber conhecer a natureza desses inconvenientes e tomar como bom o menos prejudicial. (Maquiavel, 2000, p. 126)

Então, ao príncipe é louvável ser favorável e suscetível a mudanças do tempo ou da *fortuna*. Caso contrário, sendo o príncipe obstinado em seu modo agir, se arruinará. Ele sempre dependerá que a sorte lhe seja favorável. Maquiavel vai nos mostrar que é melhor ser impetuoso do que cauteloso porque a sorte é como uma mulher e para isso é preciso o príncipe dominá-la. É preciso dominar a *fortuna* através da *virtù* para alcançar o que se deseja. O fim último do príncipe, com essas virtudes, será manter o poder:

Considero seja melhor ser impetuoso do que dotado de cautela, porque a fortuna é mulher e conseqüentemente se torna necessária, querendo dominá-la, bater-lhe e contrariá-la; e ela mais se deixa vencer por estes do que por aqueles que procedem friamente. A sorte, porém, como mulher, sempre é amiga dos jovens, porque são menos cautelosos, mais afoitos e com maior audácia a dominam. (Maquiavel, 2000, p. 142)

3. Sobre o uso da força

Portanto, deve o príncipe dominar a *fortuna* ou a sorte e, como vimos, a palavra dominar nos remeterá ao uso da força, que também é uma grande temática em toda sua obra *O príncipe*.

Desde os primeiros capítulos, podemos notar que Maquiavel exalta bem os príncipes que dela souberam fazer bom uso, caso contrário, como foi no caso do rei de Siracusa, que adiantou tamanha astúcia e destreza para alcançar seu fim último se, ao final, sua perversidade e crueldade não o fizeram bem quisto pelos homens? Antes já advertira Maquiavel quanto a esse erro. É preciso o governante sábio “amando os homens como a eles agrada e sendo temido por eles como deseja... deve apenas empenhar-se em fugir ao ódio”. (Maquiavel, 2000, p. 98)

Dito isto, poderemos ver que, para o autor *O príncipe*, é importante o uso desse tripé: *virtù*, *fortuna* e força. Desta última pode-se notar que é o motivo principal dos governos justificarem suas finalidades para a segurança, preservação e manutenção do poder. É preciso conciliar a *virtù* com a boa sorte (*fortuna*) e saber ponderar o bom uso da força, para que não seja odiado e tenha o povo a seu favor. Essas serão, para o príncipe, grandes ferramentas auxiliadoras nas atribuições da política e na obtenção e conservação de um Estado.

3.1. Sobre o uso força na política

Maquiavel usa um exemplo no capítulo VIII que explica como a aplicação da força é justificada até que se conquiste o poder, de modo que não seja confundida com crueldade. Agátocles, rei de Siracusa, certa manhã reunira o povo e o senado a fim de discutir “assuntos pertinentes a República”. Com um simples sinal, fizera com que seus soldados matassem os senadores e os nobres da cidade. Em comparação com outros, que mediante crueldade não obtiveram resultados iguais, eis a explicação de Maquiavel para o reinado de Agátocles ter sido longo e duradouro:

Penso que isto resulte de as crueldades serem mal ou bem usadas. Bem usadas pode-se dizer serem aquelas (se do mal for lícito falar bem) que se fazem instantaneamente pela necessidade de firma-se e, depois, nelas não se insiste,

mas sim se as transforma no máximo possível de utilidade para os súditos, mal usadas são aquelas que, mesmo poucas a princípio, com o decorrer do tempo aumentam ao invés de se extinguirem. (Maquiavel, 2000, p. 52)

Por isso, quem escolhe o primeiro modo de agir estará garantindo, com a ajuda da *fortuna*, mais sucesso para conservar o poder. Do contrário, Maquiavel diz ser impossível haver continuidade. É preciso, para ocupar um Estado, ofender de uma vez do que ficar recorrendo à força sempre que preciso. O oposto exigirá “sempre a necessidade de conservar a faca na mão, não podendo nunca confiar em seus súditos, pois que estes nele também não terão confiança diante de novas e continuas injúrias” (Maquiavel, 2000, p. 53):

Portanto, as ofensas devem ser feitas todas de uma vez só, a fim de que, pouco degustadas, ofendam menos, ao passo que os benefícios devem ser feitos aos poucos, para que sejam melhor apreciados. Acima de tudo, um príncipe deve viver com seus súditos de modo que nenhum acidente, bom ou mau, o faça variar: porque surgindo pelos tempos adversos a necessidade, não estarás em tempo de fazer o mal, e o bem que tu fizeres não te será útil eis que, julgado forçado, não trará gratidão. (Maquiavel, 2000, p. 53)

É neste ponto que Maquiavel possivelmente foi amplamente criticado pela Igreja, pois à época como seria viável fazer-se entender compreensível o teórico que traz à luz questões que possam justificar tais comportamentos? Podemos afirmar que é esse o tripé maquiaveliano (*virtù*, *fortuna* e força), mas ainda é preciso lembrar de dois fundamentos importantes que os Estados devam ter: ter boas leis e boas armas. Como um não existe sem o outro, Maquiavel vai dizer que, para que haja boas leis, se fazem necessária boas armas. A partir desse último fundamento é que o príncipe poderá defender seu Estado, e deve o príncipe jamais depender das armas mercenárias porque estas jamais estarão dispostas a morrer pelo príncipe. O soldo nunca será considerado suficiente para eles. Isso ocorreu no caso da ruína da Itália, que durante anos dependeu de armas mercenárias.

Sobre isso, Maquiavel volta a citar o caso de César Bórgia:

Jamais vacilarei em citar como exemplo César Bórgia e suas ações. Este duque entrou na Romanha com tropas auxiliares, para aí conduzindo as forças francesas, com elas tomando Imola e Forli. Mas, depois, não mais lhe parecendo segura tais armas, voltou-se para as mercenárias, julgando nelas encontrar menor perigo; e tomou a seu serviço os Orsini e os Vitelli. Posteriormente, manejando essas forças e achando-as dúbias, infíeis e perigosas, extinguiu-as e voltou-se para as suas próprias tropas. (Maquiavel, 2000, p. 80)

Deste exemplo pode-se notar que facilmente identificamos as fraquezas desses tipos de tropas. César fora o senhor absoluto de suas tropas e nisto mora a segurança do príncipe. Maquiavel vai dizer “Concluo, pois, que, sem ter armas próprias, nenhum principado está seguro; ao contrário, fica ele totalmente sujeito a sorte, não havendo virtude que o defenda na adversidade”. (MAQUIAVEL, 2000, p.82)

É verdadeiro declarar que o príncipe mais virtuoso, para Maquiavel, é aquele que compreende a arte da guerra. A ela se torna devotado, e nela há tanta virtude que mesmo os menos afortunados são capazes de ascenderem ao posto de príncipe. O príncipe poderá perder seus estados se não pensarem desta forma, se não for racionalmente hábeis quanto a esta arte. A primeira causa da ruína do príncipe poderá ser justificada porque negligenciou a arte da guerra. “Deve o príncipe, portanto, não desviar um momento sequer o seu pensamento do exercício da guerra.” (Maquiavel, 2000, p. 86)

A força é item indispensável para o príncipe que deseja conquistar o poder, porém sozinha poderá ser danosa. É preciso saber lutar pela maneira digna dos homens, com as leis, e também saber lutar pela maneira dos animais, com a força.

Sabendo o príncipe servir-se bem do uso da força, deve o mesmo tomar como modelos o leão e a raposa::

Necessitando um príncipe, pois, saber bem empregar o animal, deve deste tomar como modelos a raposa e o leão, eis que este não se defende dos laços e aquela não tem defesa contra lobos. É preciso, portanto, ser a raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos. (Maquiavel, 2000, p. 102)

Sair-se-á melhor aquele que souber empregar os dois, por isso jamais deve o príncipe agir apenas como leão porque ele nunca saberá quando será preciso mudar para que não se prejudique. Como Maquiavel diz, “se todos os homens fossem bons, esse preceito seria mau” (Maquiavel, 2000, p. 102), mas porque não são bons é que Maquiavel vai dizer que precisam ser os príncipes como as raposas. Desse ponto, surge outro, a arte do dissimular, que é outra característica atribuída à raposa. Mas por que é preciso o príncipe se preocupar com elas? Porque não deve ao príncipe praticar todas aquelas coisas pelas quais os homens são considerados bons (justo, piedoso, religioso, humilde), já que, como vimos, se vendo obrigado a manter o Estado deverá ser o oposto: “[n]ão apartando-se do bem, mas saber entrar no mal quando necessário.” (Maquiavel,

2000, p. 103)

3.2. A herança da política maquiaveliana

Apresentado os raciocínios de Maquiavel, percebemos uma constante divergência com o pensamento que ditava a moral tradicional, o que Quentin Skinner apresentará como “...contraste com esses pressupostos cristãos, imediatamente apresenta uma análise clássica da liberdade humana.” (Skinner, 1988, p. 49).

Voltemos o olhar agora para o que considero o tripé maquiaveliano (*fortuna*, *virtù* e força). Levando em conta todos esses argumentos sobre os quais Maquiavel se debruça, poderemos afirmar que a ação política consiste na convivência harmônica entre eles. A *fortuna*, como boa sorte, não é possível de ser dominada. Ela só será favorável quando o homem é moldado pela *virtù*, a virtude que é capaz de criar uma contenção para conter a força do rio que transborda. Além disso, a força é um dos principais fundamentos dos Estados. Sem a força, não é possível estabelecer boas leis, e boas leis só são possíveis porque com bons exércitos é viável constituí-las.

Quem irá ditar como deve o príncipe agir não será a moral tradicional. Ele, porém, consciente do seu livre-arbítrio, possuidor da *fortuna*, deverá ser guiado pela necessidade, sem ter a preocupação de agregar qualquer juízo de valor às suas ações, como boas ou más. Podendo o príncipe ser bom, que o seja, contudo, se a necessidade surgir para o príncipe, deve este “ter o espírito disposto de modo que, precisando não sê-lo, possas e saibas tornar-te o contrário.” (Maquiavel, 2000, p. 103).

Como um homem da política e inserido no meio dela, Maquiavel propõe uma nova formulação para o termo *virtù*, repensando o modo como as virtudes afetam no que diz respeito à política. Quentin Skinner apresentará uma forma de reflexão sobre a moral política de Maquiavel como a “*virtù* passa a denotar precisamente a qualidade da flexibilidade moral que se requer de um príncipe.” (Skinner, 1988, p. 65)

Os conselhos de Maquiavel são os mais práticos e tangíveis possível. Isso porque sua política se torna uma arte e, como toda arte, é possível ser imitada. Devemos isso a Maquiavel, porque palmilhando a história lhe foi possível encontrar modelos de governos e príncipes. Sua herança perpetuara porque foi através dos seus escritos que encontramos a possibilidade de entender a política como ela é feita para homens e por homens, não mais que isso. Pensando assim, Maquiavel trouxe a política não para o campo das ideias, mas para o campo empírico.

A política é o centro da vida do governante. Dela nascem o entendimento e a conciliação entre *virtù* e *fortuna*. É a partir dela que Maquiavel compreende e abarca questões importantes sobre a natureza humana, como o desejo. É o desejo que é considerado como o pontapé político para o homem e é dele que nasce a vontade de governar. A construção política de Maquiavel é todo o contexto da obra *O Príncipe*.

4. Considerações finais

Este estudo nos permitiu fazer uma visita à história, com o olhar de Maquiavel direcionando um caminho para o qual devamos olhar com mais atenção para o lado que não está intrínseco à moral tradicional, ao passo que podemos melhor compreender em quais conceitos ele se baseou para criar caminhos que pudessem trilhar o príncipe.

É importante notar que o que o autor quer nos transmitir é uma liberalidade quanto à obrigação moral tradicional, que deve o governante ter quanto ao âmbito político. Ao contrário, ele demonstra como a política se torna mais eficaz quando conseguimos trilhar um caminho diferente do que é cobrado ao governante. Reconhecendo o homem pelo homem e sua natureza é possível compreendermos os processos pelos quais são necessários passar para alcançar a *virtù* e, assim, compreender seu papel na política de forma geral. A partir dessa visão, ele transforma a maneira como pensar uma política mais independente de qualquer juízo de valor que a moral predominante da época sugeriria.

Para que não seja preciso o príncipe se preocupar em viver um grande desafio entre fazer aquilo que precisa ser feito com medo dos julgamentos que farão, este deve se preocupar com o fim que deseja alcançar. Assim é a sua concepção de moral. Ela anda de acordo com seu tempo, ela não é universal e nem deve ser. O caminho da moral não é e não pode se firmar como uma linha reta. A moral oscila e muda de acordo com as necessidades. O príncipe deve estar preparado para essas mudanças. Conforme os resultados são gerados, o que Maquiavel quer propor é a autonomia da política diante da moral tradicional.

Não reconhecer o papel fundamental de Maquiavel na história é não conceber a liberdade política que ele propõe e trata em seus textos. Dos assuntos de que trata, o mais polêmico é a moral. Mesmo tendo ganhado injustamente o termo pejorativo de maquiavélico, o autor buscou nos apresentar a realidade das coisas tal como elas são e fez refletir, nas suas obras, características do Renascimento ao encarar a sociedade e os homens como formas naturais.

Considerando tudo, somos capazes de reconhecer muitos traços dessa libertação política através da expansão da ideia de um novo conceito da ética política.

Em uma comparação com a atualidade, não é forçoso dizer que só é capaz de dominar a *fortuna* aquele governante que é virtuoso, sabe fazer bom uso da força e conseguir preservar a boa fama com a dissimulação do fazer parecer ser. São táticas políticas utilizadas porque, no final, é uma disputa do homem consigo mesmo pela transcendência dos seus desejos: o poder.

5. Referências Bibliográficas

MACHIAVELLI, Nicoló. *O príncipe*. 22ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

POMPEU, Júlio. *Somos todos maquiavélicos – O que Maquiavel nos ensinou sobre a natureza humana*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

ESCOREL, Lauro. *Introdução ao pensamento político de Maquiavel*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

SKINNER, Quentin. *Maquiavel pensamento político*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.